



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Handwritten signature and date: 30/4/15

**ATA DA 2ª. SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE DOIS MIL E QUINZE**

-----Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e quinze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Mortágua.-----

-----Depois de saudar todos os presentes, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, passando de imediato à conferência da presença dos Membros, verificando-se que Ana Paula Gomes Cordeiro eleita pelo PPD/PSD e Fernando Miguel Ferreira da Costa eleito pelo CDS-PP faltaram à presente sessão, tendo apresentado justificação por escrito devido a motivo profissional e foram substituídos, nos termos dos artºs 7º. e 10º. do Regimento da Assembleia Municipal, respetivamente pelo Carlos Miguel Silva Gomes e pela Ana Margarida Ferreira Valente .-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia do Sobral, José Alexandre Dias fez-se representar nos termos da Lei pelo seu substituto João Marques Barnabé.-----

-----O Presidente da Assembleia registou a não presença na sessão do Vereador Acácio Fonseca Fernandes, devido a compromisso profissional .-----

-----Assim, iniciou-se de seguida a apreciação e discussão da Ordem de Trabalhos, com a consecução do Período de Antes da Ordem do Dia:-----

-----PONTO UM: Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze:-----

-----Conforme o deliberado na sessão de trinta de dezembro de dois mil e treze foi dispensada a leitura da ata uma vez que a mesma foi enviada a todos os membros, assim colocada à votação, foi a ata da 1ª. sessão de 2015, realizada a 27 de fevereiro, aprovada por unanimidade.-----

-----Conforme dispõe o nº. 3 do artigo 34º. do Código do Procedimento Administrativo os membros Vítor Manuel Fernandes Duarte, Ana Paula Gomes Cordeiro e Maria Adelaide Oliveira Pedroso Correia Pinto, eleitos pelo PPD/PS, e o membro PS Luís Miguel Afonso Abrantes, eleito pelo PS não participaram na votação da ata uma vez que não estiveram presentes naquela sessão.-----

-----PONTO DOIS: Leitura do Expediente: -----

-----O Presidente da Assembleia acusou a receção do seguinte expediente:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Handwritten signature and initials.

-----Do ofício circular nº. 4871, de 1/04/2015 da Direção – Geral do Tribunal de Contas a remeter, em cumprimento de orientações do Excelentíssimo Senhor Conselheiro da Área de responsabilidade VIII (Setor Local), o exemplar do Despacho Judicial nº. 3/2015-EC, de 1 de abril, - 9ª. alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas – Lei nº. 98/97, de 26 de agosto, republicada pela Lei nº. 20/2015, de 9 de março e nomeadamente sobre a prestação de contas eletrónicas do exercício de 2014 ao Tribunal de Contas .-----

-----Por último deu conhecimento do Despacho da Mesa da Assembleia Municipal datado de 21/04/2015 em que, na sequência dos ofícios refª. 978, de 20/04/2015, do Presidente da Câmara a solicitar a inclusão dos pontos na Ordem de Trabalhos da presente sessão, determinou admitir as propostas para apreciação e eventual aprovação deste Órgão.-----

----- **PONTO TRÊS: Outros assuntos de interesse para o Município:**-----

-----Solicitados, pelo Presidente da Assembleia, os membros a pronunciarem-se sobre assuntos de inserção neste ponto, e após o período de inscrição realizado nos termos do Regimento usou da palavra:-----

-----O Membro Elsa Marisa de Abreu Rodrigues Batista para fazer uma intervenção sobre a garantia da igualdade em todos os momentos da vida e da morte das pessoas e terminou apelando à Câmara para que coordenasse com as Juntas de Freguesia o processo de uniformização de taxas de inumação em todos os Cemitérios do Concelho considerando que verificou uma grande disparidade das mesmas de Cemitério para Cemitério.-----

-----De seguida o Membro Romão Pereira Afonso fez uma intervenção para congratular-se com tudo aquilo que foi feito pelo PSD de Portugal, cumprindo o memorando da Troika, saindo sem ajudas, e ganhando credibilidade no exterior e melhorando a situação financeira.-----

-----Referiu que valia a pena recordar tudo o que tinha sido feito, porque nada foi fácil. Foram precisos muitos sacrifícios e poder de resiliência. Uma vitória que não é do PSD, mas de todos contra a política do facilitismo e do esbanjamento.-----

-----E é com essa certeza e confiança que se tem de olhar o futuro. Na certeza que o futuro passa por Mortágua, mas para isso é preciso que definitivamente se aposte nas pessoas e na sua valorização. -----

-----Sendo o passo vital a criação de emprego, felizes são as boas notícias de que Mortágua tem a mais baixa taxa de desemprego entre os concelhos da região e que estão previstos grandes investimentos.-----

-----Manifestou a sua satisfação por estas notícias dando os parabéns ao Presidente da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Handwritten signature or initials.

Câmara no entanto é fundamental que em paralelo com a criação de postos de emprego sejam criadas condições sociais para que essas mais valias laborais sejam traduzidas em dinamismo demográfico. Caso contrário teremos em cada ano que passa as nossas aldeias mais vazias e o Centro Escolar com menos turmas e a nossa economia mais frágil.

-----Terminou dizendo que o tempo das infraestruturas já passou, sendo agora tempo do desafio social. Por isso as ferramentas do Município terão de ser diferentes porque as necessidades mudaram, desafiando o Presidente da Câmara a reformular as políticas adaptando às novas necessidades tão diferentes de há 10 ou 20 anos.

-----O Membro Celso Gomes Portugal Rosa usou da palavra de seguida para fazer uma intervenção sobre as acessibilidades do Município. Começando por referir que o problema das acessibilidades, ou a falta delas, foi sempre um motivo de grande interesse do anterior executivo, e pensava que o continuava a ser para quem geria agora os destinos de Mortágua.

-----No entanto, quem estava atento às notícias dos jornais regionais e nacionais, não podia deixar de ficar preocupado com aquilo que ouvia e lia, acerca dos dois principais eixos que servem o Concelho, a Linha da Beira Alta e a Ligação Coimbra/Viseu por Auto-Estrada.

-----No que dizia respeito à ferrovia, as indecisões são mais que muitas. Uma coisa sabia-se, Viseu terá uma ligação ferroviária, conforme palavra dada pelo Secretário de Estado, Sérgio Monteiro, em 2014 em Viseu. Como era do conhecimento geral, os autarcas de Aveiro e Viseu defendiam a construção de uma nova Linha da Beira Alta.

-----A acontecer este cenário, Mortágua e os outros concelhos servidos por esta linha, serão, mais uma vez fortemente penalizados, pois adivinhava-se que aquele corredor ferroviário, será a muito curto prazo totalmente secundarizado.

-----Sabendo que o Senhor Presidente da Câmara foi sempre um defensor da renovação da Linha da Beira Alta, e que se tem batido por isso em diversas instâncias, solicitava mais uma vez que informe a Assembleia das diligências efetuadas na defesa desta opção que pensava ser fundamental para os Municípios de Mortágua.

-----Com a ligação rodoviária Coimbra/Viseu as preocupações eram também de monta. Após diversos estudos e projetos, reuniões e novos projetos e mais estudos e projetos estas duas cidades serão, porventura, as duas capitais de Distrito que não estão ainda ligadas por Auto Estrada.

-----O Partido Socialista sempre defendeu e continua a defender a construção de uma nova via, por considerar que “remendar” o IP3 será sempre uma má opção.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Handwritten signature

-----O processo continua muito pouco claro considerando que o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra após ter reunido com o seu homologado de Viseu veio defender que a obra só avançará se for realizada por privados, o que indicia o pagamento de portagens. O que irá certamente desviar grande parte do trânsito para a EN 234 via Buçaco, levando a um retrocesso na ligação de Mortágua a Coimbra para o nível da década de 80.-----

-----Assim e porque o PS sempre foi a favor da solução da construção de uma nova via e porque consideram o assunto de extrema importância para Mortágua pediu que o Senhor Presidente da Câmara esclarecesse acerca do mesmo.-----

-----Por último, e já que estava a falar de trânsito, manifestou o seu desagrado pelas obras que têm sido realizadas nas ruas de Mortágua, salientando no entanto que nada têm contra as mudanças; a reorganização de trânsito, por vezes traz resultados positivos. Não pretendendo nem desejando beliscar a legitimidade do executivo as realizar, tanto mais que faziam parte das medidas anunciadas na campanha eleitoral, só desejava que a construção das passadeiras, lombas e rotundas, seja melhor pensada e planeada, pois algumas estão (no seu entender enquanto utente da via), manifestamente mal colocadas, dificultando, sem necessidade, a normal fluidez de trânsito, podendo o Senhor Presidente da Câmara explicar os critérios e as fundamentações que tem levado à sua construção naqueles locais.-----

-----O Membro Nelson António Rodrigues interveio de seguida para questionar quais os objetivos estratégicos que a Câmara Municipal tem para a Área de Reabilitação Urbana de Mortágua – ARU, que conforme informação escrita do Senhor Presidente à presente sessão, delimita os aglomerados de Vale de Açores e Mortágua e para todo o Concelho, sendo que o Dec. Lei nº. 307/2009, alterado e republicado pela Lei nº.32/2012, de 14 de agosto, que contém o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana é mais específica com a Reabilitação Urbana, mas também refere o problema das acessibilidades e gestão da via pública e respetiva circulação.-----

-----É que pelas intervenções já executadas, algumas já alteradas e outras a decorrer, ou em fase de conclusão, provavelmente outras que estarão planeadas e que desconhecia e como tal pensava que todos os Mortaguenses gostariam de saber.-----

-----Fazer rotundas e lombas sem qualquer estudo ou planeamento entende não ser modernizar ou promover a melhoria geral da mobilidade, verificando que Mortágua está a ficar descaracterizada solicitou que o Senhor Presidente da Câmara informasse se já existia o Plano e que critérios objetivos estratégicos existiam para todas as alterações.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

----O Presidente da Assembleia usou da palavra para alertar para o facto da sinalização vertical colocada recentemente junto ao estabelecimento comercial Feirão em Vale de Açores tornar perigosa a entrada para aquele estabelecimento.-----

----Questionou ainda o suporte legal de colocação da sinalização, considerando que é uma competência da Câmara nos termos de Regulamento aprovado pela Assembleia, devendo ser sempre publicitada para conhecimento geral nos termos da Lei.-----

----Sugeriu assim que a Câmara proceda à elaboração de novo Regulamento de Trânsito de acordo com as alterações ao Código da Estrada, entretanto ocorridas, e à reativação da Comissão Municipal de Trânsito.-----

----O Presidente da Câmara procedeu à leitura de um texto evocativo dos 40 anos do 25 de Abril de 1974, respondendo de seguida às interpelações feitas.-----

----Assim, começando por informar relativamente às questões colocadas pelo Membro Elsa Mariza de Abreu Rodrigues Batista sobre a uniformização das taxas nos Cemitérios no Concelho, que a Câmara não tutelava as Juntas de Freguesias elas tinham autonomia própria nos termos da Lei, no entanto irá conjugar esforços para que se chegue a um consenso.-----

----Quanto à intervenção do Membro Romão Afonso Pereira agradeceu as palavras e informou que a Câmara estava a fazer um esforço com a instalação de novas empresas nomeadamente através da ampliação do Parque Industrial para as pessoas virem para Mortágua e que se iria ver a seguir.-----

----Salientou que não era fácil fixar os professores, funcionários e trabalhadores, porque isso já acontecia no passado gerava-se emprego mas era difícil radicar as pessoas em Mortágua, apesar de existirem razões para tal.-----

----No que respeitava às questões formuladas pelo Membro Celso Gomes Portugal Rosa informou que iria ler um texto na sequência da reunião com o Senhor Secretário de Estado, e quanto à localização das passadeiras existiam pessoas que as queriam ainda mais elevadas, no entanto a Câmara tentava fazer o melhor possível.-----

----No referente à interpelação do Membro Nelson António Rodrigues Filipe esclareceu que as acessibilidades, estava tudo na Revisão ao Plano em apreciação na presente sessão, com exceção da Rotunda da Gândara, que carecia de aprovação das Estradas de Portugal, sendo a verba destinada à construção de Passagem Superior suportada por aquela Entidade.-----

----A Câmara encontrava-se a elaborar documentos estratégicos para a qualidade de vida



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Handwritten signature

no Concelho ou seja a Revisão do PDM e a ARU, sendo que esta última encontrava-se em fase de apresentação de propostas para adjudicação da sua elaboração a ser posteriormente submetida à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, sendo que em princípio a área a delimitar seria a do núcleo urbano de Mortágua e de Vale de Açores.

-----No que dizia à sinalização colocada no Feirão a mesma tinha sido estudada e proposta pelo Chefe de Divisão de forma a garantir mais segurança a quem entrava e saía daquele estabelecimento comercial, considerando a existência de um novo acesso, no entanto iria solicitar-lhe para que analisasse melhor a situação.-----

-----O Presidente da Assembleia informou ainda que durante algum tempo se verificou na Rua Tomás da Fonseca a existência de incongruência na sinalização vertical com a horizontal.-----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que a sinalização na Rua Tomás da Fonseca foi colocada no seguimento da realização de um recenseamento de trânsito que concluiu que o maior volume de trânsito era o oriundo do sentido de Mortágua, e por vezes os serviços demoravam a harmonizar a respetiva sinalização vertical e horizontal.-----

-----Referiu que o Regulamento de Trânsito estava a ser elaborado pelo Dr. Mota e Costa e que iria contemplar a constituição de Comissão Municipal de Trânsito, no entanto os serviços municipais já se encontravam a executar o levantamento toda a sinalização do Concelho por forma a que a mesma constasse daquele Regulamento.-----

-----Prestou de seguida as seguintes informações:-----

-----Que foi retirado o helicóptero de emergência médica da Base Permanente do Centro de Meios Aéreos de Santa Comba Dão, no entanto após negociações do Presidente da Câmara de Santa Comba Dão, o Ministério da Administração Interna, a ANPC- Autoridade Nacional da Proteção Civil e ainda a direção nacional do INEM foi acordado que o mesmo regressaria, começando a operar a partir de dia 1 de maio de 2015.-----

-----Que foi confrontado no dia 21 de abril com a redução do horário do Centro de Saúde que passaria a encerrar às 20 horas e em consequência dessa situação que a médica que era para ser colocada em Mortágua foi para a Figueira da Foz.-----

-----Entretanto a seu pedido teve uma reunião de emergência com a Administração Regional de Saúde do Centro, tendo-lhe sido garantido pelo Dr. Morais que o Centro de Saúde não encerraria às 20, horas e que iriam ser colocados mais 2 médicos a partir de 11 de maio, considerando a existência de mais de 2.000 utentes sem médico de família.-----

-----Relativamente ao IP3 e Linha da Beira Alta esteve numa reunião com o Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Secretário de Estado e na qual manifestou o seu repúdio pelas posições tomadas, pelos seus homólogos de Coimbra, Viseu e Aveiro, não se podendo defender o comboio de mercadorias e esquecer a pessoas .-----

----A comunicação social é uma forma de pressão, no entanto a REFER defende a Requalificação da Linha da Beira Alta, sendo a melhor opção técnica e financeira, prevendo fazer a obra até 2020.-----

----Quanto ao IP3 Viseu/Coimbra existe a possibilidade de requalificação daquela via de modo a melhorar a ligação existente mas sem a passagem para perfil de auto-estrada, a ligação das duas capitais de distrito em perfil de auto estrada só existirá se o risco ficar na totalidade do lado dos privados, face à ausência de financiamento por parte de Bruxelas.---

----Informou ainda da existência de uma solução nova de traçado da auto-estrada que atravessa Mortágua com interseção em Souselas, afirmando no entanto que a defesa da construção de auto-estrada Coimbra/Viseu é uma luta tenaz da qual não irá desistir, em prol de Mortágua e dos Mortaguenses.-----

----Deu conhecimento de que a Ponte da Foz do Dão só estará aberta em finais de junho do corrente ano uma vez que se encontram ainda em execução os respetivos encontros, sendo posteriormente demolida a antiga e que anda estavam a decorrer as obras nas Pontes Criz I e Criz II.-----

--Por último referiu a existência de várias empresas que pretendiam instalar-se em Mortágua e que aguardavam a alteração ao Plano de Pormenor para Ampliação do Parque Industrial, no entanto o processo estava a ser mais moroso do que o esperado inclusivamente o de aquisição dos terrenos, uma vez que carecia de Visto do Tribunal de Contas.-----

----De seguida usou a palavra o Presidente da Assembleia Municipal para congratular-se com a última parte da intervenção do Presidente da Câmara, chamando a atenção para a celeridade no desenvolvimento do processo de alteração do Plano de Pormenor de Ampliação do Parque Industrial porque o seu atraso poderá pôr em causa a fixação de algumas empresas, considerando que as mesmas teriam que desenvolver os respetivos projetos e licenciamentos juntos das diversas entidades, necessitando para o efeito de elementos do Plano de Pormenor aprovados.-----

----Sugeriu ainda ao Senhor Presidente da Câmara que adjudicasse a elaboração da candidatura de financiamento aos Fundos Comunitários para a Ampliação do Parque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Industrial a um Gabinete especializado dada a exigência e complexidade a que obrigava a mesma.-----

----O Presidente da Câmara informou que logo que o processo reunisse todas as condições para ser apreciado e votado pela Assembleia Municipal solicitaria a marcação de sessão para esse efeito, entretanto a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro permitiu às empresas a entrega de processos instruídos com plantas já elaboradas e que integram o Plano de Pormenor a aprovar.-----

----De seguida passou-se à consecução do Período da Ordem do Dia:-----

----PONTO UM: Apreciação de a informação do Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal:-----

----O Presidente da Câmara procedeu nos termos do nº.1 do artº.64º. do Regimento da Assembleia Municipal à apresentação da informação sobre a atividade municipal no período que decorreu desde a última sessão.-----

----Terminada a intervenção, o Presidente da Assembleia solicitou os Membros presentes a pronunciarem-se sobre a mesma.-----

----Assim, após efetuadas as respetivas inscrições para o efeito e nos termos do Regimento o Presidente da Junta de Freguesia da Marmeleira para manifestar a sua satisfação pela informação de abertura dos concursos para adjudicação de duas obras na sua Freguesia (Beneficiação da EM Vale de Borregão/Caparrosinha e Estação Elevatória de Águas Residuais da Marmeleira).-----

----O Membro Alcina Maria Rosa Saraiva usou da palavra para solicitar informação sobre o ponto da situação das obras do Espaço Museológico do Rancho Folclórico e Etnográfico "Os Irmânicos" da Marmeleira, os apoios financeiros atribuídos ou a atribuir pela Câmara e respetiva inauguração.-----

----O Presidente da Câmara respondeu de imediato às questões formuladas começando por louvar o trabalho extraordinário que tinha sido realizado no Espaço Museológico, não só do construtor, como das pessoas que integravam o Rancho da Marmeleira, e que apesar do rigor imposto a obra tinha disparado um bocadinho, mas a proposta de Revisão às Opções do Plano a ser apreciada na presente sessão contemplava o apoio financeiro a atribuir àquela obra, cujo projeto foi cumprido na integra e incluía uma replica de construção tradicional à época. Todos os trabalhos realizados, incluídos os trabalhos a mais tinham sido validados Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território, que acompanhou e fiscalizou a obra.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Handwritten signature

-----A direção do Rancho da Marmeleira mostrava-se sempre disponível para valorizar cada vez mais aquele Espaço Museológico tendo inclusivamente adquirido dois terrenos contíguos para ampliar o espaço envolvente.-----

-----De seguida interveio o Presidente da Assembleia para dizer que se regozijava sinceramente com o que tinha acabado de afirmar o Senhor Presidente da Câmara, referindo que o que estava escrito na informação era existência de nove mil euros de trabalhos a mais na empreitada, e tal valor não significava derrapagem, pois poucos conseguiriam realizar uma obra daquele montante com tão reduzido valor de trabalhos a mais, significando que muitos trabalhos tinham sido executados pelos associados.-----

-----O Membro Ana Rita Pereira de Sousa Ramos usou de sequente a palavra para aludir em relação à informação prestada pelo Senhor Presidente e a título de sugestão considerar que uma vez que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens não era atividade municipal não havia necessidade de expor a informação sobre a atividade desta.-

-----Considerando as últimas notícias que vieram recentemente a público e a curiosidade mórbida que se gerou à volta desta, considerava que a missão de todos os órgãos terá que necessariamente passar por proteger as crianças e nunca expor estas situações, mesmo que sejam só números.-----

-----Porém os números apresentados (18), eram muito surpreendentes considerando a realidade recente, no que à atividade desta Comissão dizia respeito.-----

-----Solicitou também, se possível o Senhor Presidenta da Câmara explicasse a que propostas se refere quando fala na reunião da ACIBA.-----

-----Ainda a título de sugestão sugere algum cuidado e atenção na redação do documento para que não se repetisse informação, como aconteceu com a divulgação do Programa Comércio Investe.-----

-----O Presidente da Câmara interveio respondendo às questões colocadas começando por dizer que a Câmara não é associada da ACIBA sendo-o no entanto a ADICES, e que numa ação conjunta procederam ao levantamento de medidas a que o comércio local poderia candidatar aos Fundos Comunitários.-----

-----O Presidente da Assembleia sugeriu que uma forma de preservar as crianças passaria por não mencionar na informação do Senhor Presidente da Câmara a atividade da Comissão, tanto mais que nem sequer era atividade municipal.-----

-----Depois de autorizada pelo Presidente da Câmara usou a palavra a Vereadora Emilia Maria de Matos Neves para na qualidade de Presidente da Comissão de Proteção de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Crianças e Jovens esclarecer que não tinha tido conhecimento da informação introduzida no documento do Senhor Presidente, pelo que a mesma foi fornecida sem o seu consentimento.-----

----Frisou que os processos que existem naquela Comissão são os que são e todos eram e continuam a ser tratados com dignidade sem expor quem quer que fosse, tendo-se remetido ao silêncio na situação em concreto, o que foi bem visto por todos os organismos.-----

----Os 18 processos significava que os respetivos agregados familiares sinalizados na Comissão integravam dezoito crianças.-----

----O Membro Óscar Miguel Seabra Gomes interveio para salientar que a Comissão existe para proteger as crianças e que para a Assembleia Municipal poderia dar-se informação genérica para que tivesse conhecimento do ponto da situação existente no Concelho.-----

----De seguida interveio o Membro Nelson António Rodrigues Filipe para colocar as seguintes informações ou observações, para maior esclarecimento e informação detalhada acerca de vários assuntos que são referenciados na informação escrita do Senhor Presidente da Câmara: Considerando o sucesso do ano transato e apesar de ter sido anunciada como bienal, perguntou se se iria realizar novamente a iniciativa “EXPOMORTÁGUA”, e ainda que informem se existiu algum controle sobre os números indicados na edição de 2014, nomeadamente 15.000 visitantes e volume de negócios de 1,5 milhões de euros.-----

----No referente ao PDM e após publicação no Diário da República, de 5 de março, da constituição da Comissão Técnica de Acompanhamento – CTA que desenvolvimento teve para que os representantes das entidades indicadas no Aviso do Diário da República fossem nomeadas para a referida Comissão e se já se encontrava constituída.-----

----Quanto ao Plano de Pormenor do PIMLF gostaria de saber se existia mais alguma informação pois a agenda pessoal do Senhor Presidente da Câmara referia que teve uma reunião no dia 17 de abril com a Agência Portuguesa do Ambiente mas não detalhava o que se passou ou o que ficou decidido para finalizar o longo processo do Plano de Pormenor.-----

----Para finalizar perguntou se a abertura de concursos para as empreitadas enunciadas num total de 13 itens estavam por ordem de prioridade e se a indicada no ponto 4 incluía o melhoramento das ruas da povoação da Gândara.-----

----Sugeriu por último que o projeto, criação e conclusão do percurso pedestre indicado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

nas obras a executar e integrado na rubrica “Trilhos e Rotas” enquadrados no desenvolvimento turístico fosse uma realidade mesmo que tivesse de ser alterado o orçamento.-----

-----De imediato o Presidente da Câmara prestou os seguintes esclarecimentos relativamente à EXPOMORTÁGUA iria realizar-se no corrente ano, indo de encontro ao solicitado pelos expositores participantes da 1ª. Edição, registando-se no momento a inscrição de cento e vinte entidades que queriam estar presentes não podendo sequer aceitar-se mais participantes, quanto aos números tinham sido contabilizados através de inquérito efetuado pelos expositores.-----

-----No que respeitava à Comissão Técnica de Acompanhamento do PDM a mesma estava criada através da publicação do Aviso no Diário da República estando o seu funcionamento condicionado à nomeação dos representantes das entidades que a constituíam.-----

-----Quanto ao Plano de Pormenor de Ampliação do Parque Industrial a reunião realizada com a Agência Portuguesa do Ambiente teve como objetivo esclarecer o parecer emitido, considerando que aquela Entidade se pronunciou sobre a anterior versão do Plano de Pormenor pelo que teria de alterar o respetivo parecer.-----

-----Por último informou que os serviços já se encontravam a desenvolver o processo para a elaboração do projeto, criação do percurso pedestre em Mortágua entre a ponte do Barril e o Parque Verde.-----

-----O Membro Margarida Maria Oliveira Afonso de Sousa Almeida ausentou-se dos trabalhos no fim da apreciação deste ponto.-----

-----PONTO DOIS: Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas (Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão), relativos ao ano de 2014.-----

-----O Presidente da Câmara começou por agradecer aos Senhores Vereadores a compreensão e aos trabalhadores da contabilidade pelo trabalho de execução dos documentos de prestação de contas perante as notas técnicas emanadas pela DGAL na véspera da sua aprovação na Câmara Municipal e que obrigaram a abrir os documentos que já estavam encerrados para introduzir alterações, uma delas devido ao FAM (Fundo de Apoio Municipal) .-----

-----De seguida explicitou nos termos do artº.57º. do Regimento que os documentos de prestação de contas refletiam a gestão financeira e a atividade municipal desenvolvida ao longo do ano de 2014.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----O Município de Mortágua evidenciava uma situação financeira confortável, tendo encerrado o exercício de 2014 com um saldo de gerência positivo de cerca de 3,8 milhões de euros, revelam os Documentos de Prestação de Contas. Este valor foi agora incorporado no Orçamento deste ano, permitindo definir verbas com mais rigor e a sua alocação a investimentos que estavam programados.-----

-----Na análise à execução orçamental era de salientar o elevado grau de execução da receita, que no ano de 2014 atingiu 100,59% relativamente ao orçado, traduzindo-se em valor absoluto em 12.027.400,00 euros. Representou um aumento da taxa de execução em 11,92% relativamente ao ano anterior.-----

-----As receitas próprias do Município decresceram, sendo este facto justificado pela diminuição na cobrança de impostos diretos, à exceção do IMI, bem como do decréscimo de taxas e outras receitas extraordinárias. No entanto, as receitas fiscais no seu todo tiveram um aumento de 3% na receita total (10,78% para 13,78%) A receita corrente aumentou substancialmente o seu peso em relação à receita total (67,95%), contra 51,04% em 2013. Já o peso da receita de capital era diminuto (4,22%) na receita total.-----

-----Da análise dos rácios de receitas, podia-se concluir que o Município no exercício de 2014 teve um superavit de 45,77%, mantendo assim, a capacidade de autofinanciamento. Resultante desta poupança o Município evidenciava no final do exercício um saldo para a gerência seguinte no valor de 3.781.832,87. O Município utilizou 1.861.943,84 de receita corrente para financiar despesa de capital e apresentou uma taxa de cobertura de 78,23% da sua despesa total com receitas próprias.-----

-----A despesa efetuada pelo Município ascendeu a 8.250.800,43 euros.-----

-----O Município terminou o exercício de 2014 com um saldo para a gerência seguinte que ascende a 3.781.832,87 euros, continuando a evidenciar uma situação financeira estável. -

-----Esta poupança que refletia o saldo seria investida em grande parte na aquisição de terrenos e na execução das infraestruturas da área de expansão do Parque Industrial.-----

-----A análise dos rácios financeiros mostrava que a Câmara Municipal tinha um elevado grau de autonomia financeira, ou seja, de capacidade de solvência dos seus compromissos. A Câmara Municipal honrou os seus compromissos perante fornecedores com um prazo médio de pagamentos de 13 dias, muito abaixo da realidade dos municípios portugueses.-----

-----Em 2014 a Câmara não recorreu ao crédito como ainda amortizou dívida e juros no total de 445 mil euros.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----O Município continuava assim a demonstrar rigor, prudência e responsabilidade na gestão dos dinheiros dos contribuintes, e a revelar uma boa saúde financeira.-----

-----Tudo isto num contexto de grandes dificuldades que os municípios hoje enfrentam. Por um lado, a retração da atividade económica e consequentemente diminuição das receitas normais; a redução das verbas provenientes do Estado, e por outro, a necessidade de aumentar as despesas na área social por virtude da situação económica do país.-----

-----Suscitados os membros a intervir usou da palavra o Membro José Manuel de Matos Carvalho para tecer algumas considerações abonatórias aos documentos em apreciação, salientado que a Câmara tem uma situação financeira sólida, um passivo de curto prazo com um valor residual, uma tesouraria com saldo de gerência positivo de cerca de 3,8 milhões de euros, uma margem de endividamento folgada, podendo pagar de imediato toda a dívida de médio prazo mas não o deve fazer.-----

-----Assim, registava-se que a Câmara tem uma situação financeira equilibrada não apresentando qualquer problema.-----

-----Interveio de seguida o Membro Nelson António Rodrigues Filipe começando por dizer que pela primeira vez com um ano de mandato completo na sua realização total estavam em apreciação os Documentos de Prestação de Contas de 2014, dado que em 2013 estavam repartidos por dois mandatos diferentes, e pela análise que efetuou aos documentos salientou o seguinte: A Prestação de Contas espelha na totalidade e muito bem toda a Gestão da Câmara Municipal durante o ano de 2014, e com tal transparência e descrição que facilmente se verifica que este Executivo privilegia as Despesas Correntes às Despesa de Capital, tal como se refere no Relatório em que os rácios informam e transcreve " a estrutura da despesa é menos equilibrada que em exercícios anteriores, assumindo as despesas correntes um peso na despesa total de 71,28% e a despesa de capital de apenas 28,72%." e em 2013 esses valores foram de 45,91% e 54,09% respetivamente, e como tal reafirmou que este tipo de política só esbanja fundos existentes e a não conclusão de projetos novos com a introdução de Capital no Investimento. E perguntou o porquê da continuação daquele tipo de Gestão .-----

-----E para confirmar aquela análise verificava-se que as Despesas Corrente aumentaram 716.923,61€, ou seja mais 13,88% e as Receitas Correntes aumentaram 9,85%. E também tinha que salientar que as Receitas de Capital só tiveram o valor de 507.645,20 € o que somente representou 44% do que estava Orçamentado para 2014.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Também questionou a Despesa de Pessoal que aumentou 78.580,70 €, quando o Quadro de Pessoal diminuiu conforme o próprio Relatório de Auditoria informava, de 147 para 143 trabalhadores, pelo que gostaria de ser esclarecido sobre o assunto.-----

-----Ainda mais quando os trabalhos executados para a própria entidade conforme se verificava no Quadro 11 do referido Relatório diminuíram 204.152,30 € comparativamente a 2013, valor que era bastante significativo quanto ao aproveitamento de toda a estrutura existente nos projetos executados por administração direta.-----

-----Na análise à execução orçamental, com menos informação detalhada que possibilitasse comparar as GOP 2014 e o que realmente foi executado, a informação no mesmo Relatório de Auditoria afirmava que a Despesa Corrente teve 88% e a Despesa de Capital teve 45% de execução, e suscitou todos a lerem o ponto VI do mesmo Relatório no Mapa de execução da Receita último parágrafo e a respetiva chamada de atenção.-----

-----Reafirmou que as Contas espelhavam a política do Executivo, pelo que não estava de acordo com a continuação do aumento da Despesa Corrente em detrimento da Despesa de Capital, pois os fundos do Município deveriam servir mais para outro tipo de gestão, privilegiando o Investimento e a ambição de novos Projetos.-----

-----Por isso desafiou o Senhor Presidente da Câmara a desmarcar-se das políticas da governação atual, e com ambição e determinação que lhe conhecia alterasse ou mudasse para uma Gestão mais eficiente e olhar mais em frente para novos projetos que os Mortaguenses todos ansiavam.-----

-----O Presidente da Câmara usou de imediato a palavra para dizer que os Senhores Vereadores do PS fizeram com que aumentasse em 10% as Despesas Correntes inerentes às transferências para as Juntas de Freguesia, no entanto o Executivo poupou em 2014 dois milhões de euros.-----

-----Afirmando que não estava nada preocupado com o que foi mencionado naquela intervenção, e a filosofia implementada na gestão do Município era a dele e continuará a segui-la, não sabendo qual é a preocupação de querer fazer passar a ideia de Câmara despesista .-----

-----O Presidente da Assembleia interveio para referir que 2014 foi um ano atípico, existindo factos que merecem reflexão, como seja o crescimento de 380.000,00 € em aquisição de bens e serviços a diminuição em 204.000, 00 € nos serviços por administração direta, não tendo sido bem aproveitados os recursos humanos do Município, o que originou 603.222,13€ de resultado operacional negativo.-----